

PROCESSOS DE AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA REGIÃO DO ALTO E MÉDIO RIO NEGRO, AMAZONAS, BRASIL

RELATÓRIO PARA O PROJETO LATAUTONOMY

Aloisio Cabalzar e Georg Grünberg
Instituto Socioambiental, São Gabriel da Cachoeira e São Paulo
Outubro de 2003

INTRODUÇÃO

O estudo de caso referente ao Brasil, focado na região do Alto e Médio Rio Negro, foi desenvolvido pelo Instituto Socioambiental (ISA) e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Boa parte dos dados organizados para essa pesquisa foram coletados ao longo de dez anos de trabalho conjunto dessas duas organizações.

O Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental trabalha com várias linhas de ação e com uma equipe interdisciplinar. Realiza pesquisas aplicadas com participação de uma rede de pesquisadores associados, documentação e mapeamento; procede à coleta de informações demográficas, sanitárias e econômicas das comunidades e nos centros urbanos regionais. O Projeto ISA/FOIRN de “Manejo Sustentável de Recursos Naturais” desenvolve e difunde modelos sustentáveis de aproveitamento de recursos agroflorestais e aquáticos aliando conhecimentos tradicionais e conhecimentos técnicos adaptados em parceria direta com associações de base filiadas à FOIRN. Visa aumentar a segurança alimentar de comunidades indígenas situadas em áreas críticas por meio da implantação de experiências piloto em piscicultura e manejo agroflorestal nos altos rios Tiquié, Uaupés, Içana e no entorno da cidade de São Gabriel da Cachoeira, com atividades complementares de treinamento técnico e capacitação administrativa das contrapartes locais. As atividades envolvem assessores contratados pelo ISA e as lideranças indígenas que compõem as diretorias da FOIRN e associações, além de interfaces com as atividades de educação, pesquisa, documentação e mapeamento.

O componente da parceria ISA/FOIRN relativo à educação e cultura busca contribuir para a reestruturação do sistema de educação escolar indígena na região do Alto Rio Negro, baseada em iniciativas e reivindicações das comunidades e associações indígenas. Tem como princípio a valorização das línguas e culturas dos povos indígenas da região, relacionando-as com os conhecimentos científicos acadêmicos ocidentais e tendo em vista a profissionalização em áreas que contribuam para o desenvolvimento regional indígena sustentado. O projeto atua por meio de três diferentes componentes: 1. Experiências Escolares, 2. valorização de línguas e culturas através de atividades educativas, 3. oficinas de capacitação técnica.

O ISA também trabalha para apoiar o fortalecimento institucional da FOIRN e das associações filiadas bem como o desenvolvimento e aperfeiçoamento de projetos comunitários, que envolvem assessoria jurídica, antropológica, agroflorestal, administrativa e outras. Envolve a capacitação de lideranças indígenas para a elaboração e gestão de projetos, de forma que as organizações busquem financiamentos e desenvolvam seus projetos econômicos contemplando todos os custos e garantindo sua viabilidade.

O caráter eminentemente formativo e aplicável das pesquisas realizadas no contexto da aliança ISA e FOIRN incidiram tanto na metodologia das pesquisas de campo, como também em conteúdo e redação dos documentos elaborados para o projeto LATAUTONOMY. Destaca-se o caráter científico, mas não acadêmico, da sistematização dos dados, que deveriam orientar uma ação concreta e compartilhada com os parceiros indígenas.

No caso desta pesquisa, se podem distinguir quatro passos:

1. Elaboração da proposta, revisão dos documentos e primeira etapa de entrevistas no Alto Rio Negro e com a equipe do ISA em São Paulo em maio e setembro 2002, posteriormente redação do documento base “Marco contextual para a região do Alto Rio Negro” (G.Grünberg)

2. Segunda etapa de entrevistas em São Gabriel da Cachoeira e elaboração da Base de Dados com 27 documentos temáticos anexados, em janeiro 2003 (A.Cabalzar e G.Grünberg)
3. Terceira etapa de pesquisa na região, aplicação dos questionários, análise e elaboração do documento “Relatório Brasil” , durante os meses agosto e setembro 2003 (Rosiléia Mateus, Marta Azevedo, Aloisio Cabalzar e Georg Grünberg)
4. Apresentação e discussão dos resultados das pesquisas dos seis países que participaram no projeto, em novembro 2003 em Nova Lovaina, Bélgica

Cada um dos passos mencionados contou com a participação de representantes indígenas com funções e cargos de responsabilidade na Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, tanto nas pesquisas de campo como nos encontros em São Paulo e Managua.

1) ANÁLISE DO “UNIVERSO AUTONÓMICO” DA REGIÃO DO RIO NEGRO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Na região do Alto e Médio Rio Negro, área de abrangência da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, a participação política da população indígena e as instâncias de poder político são várias e de diferentes ordens. Há na região englobada pelo projeto cinco Terras Indígenas (TIs) contíguas, todas demarcadas e homologadas, que juntas somam 10.6 milhões de hectares, além de outras áreas protegidas. A extensão dessas áreas deverá aumentar nos próximos anos. A população da região é majoritariamente indígena (23 etnias, com um total de aproximadamente 35.000 pessoas, o que representa 10% da população nativa do país), vivendo da agricultura, da pesca e do extrativismo, em mais de 700 comunidades e sítios ao longo dos principais rios e em povoados

indígenas urbanos como Iauareté e nas sedes dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos.¹

Em relação às instâncias de participação e poder político, no âmbito comunitário, são praticadas formas locais de chefia, através de hierarquias baseadas no princípio da descendência próprio da organização social desses povos, ou através de práticas mais recentes, como a votação para capitão da comunidade. Nem sempre um desses sistemas opera em detrimento do outro, podendo coexistir de diversas maneiras. A função do capitão, nas comunidades, é de organizar trabalhos comunitários, como limpeza do povoado e construção e manutenção de benfeitorias comunitárias (maloca, prédio da escola, etc.); e receber pessoas de fora.

No âmbito regional restrito, as hierarquias tradicionais baseadas em princípios sociológicos internos tendem a não ser operativos, sendo substituídos por relações de troca, casamento, visitas, etc., mas que não implicam algum tipo instância de participação política comum. Desde há duas décadas, no entanto, surgiram e se institucionalizaram as organizações indígenas, formadas por comunidades situadas em uma área de extensão variada. Apareceram dentro da atuação dos missionários católicos, na década de setenta. Logo perderam qualquer vínculo com a Igreja, tornando-se um movimento autônomo.

O nível de representatividade, controle social, eficiência e eficácia dessas organizações varia muito. Atualmente existem mais de 50 na região. Aquelas poucas, mais dinâmicas, trabalham como mediadoras entre as comunidades locais e as agências de intervenção regionais e nacionais. Essas associações buscam, através de projetos específicos e parcerias, assegurar apoio à melhoria das condições de vida nas comunidades, através de projetos de educação e saúde adequados, geração de renda e alternativas de produção sustentável.

¹ Veja os textos introdutórios Ribeiro (1995), ISA (1996, 2000), Cabalzar & Ricardo (2000), Grünberg (2002), ISA 2003 e a Base de Dados Latautonomy – Brasil (ISA 2002); veja também a website www.socioambiental.org com informações detalhadas sobre os povos indígenas no Brasil.

No âmbito regional amplo, do Alto e Médio Rio Negro, há várias instâncias de representatividade e poder político em que há participação direta da população indígena:

- FOIRN: a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro foi fundada em uma grande assembléia dos povos indígenas do Alto Rio Negro, em 1987, em período que foi necessária uma institucionalização da interlocução das comunidades indígenas com instâncias do governo federal, em especial com os militares. Gradativamente, a FOIRN foi incrementando sua infra-estrutura e alcançando os meios de atuar junto às organizações de base (como são chamadas as organizações indígenas que abrangem um certo número de comunidades), com apoio de parcerias com organizações não governamentais nacionais e internacionais. A atuação da FOIRN está baseada em uma agenda regular de assembléias (que a cada quatro anos elege os membros de sua diretoria) e reuniões de seu Conselho Administrativo, com ampla participação das organizações filiadas; participação de membro de sua diretoria nas assembléias dessas organizações; viagens de “articulação” política e informação; apoio a projetos de desenvolvimento sustentável; comunicação diária através de uma rede de 100 radiofonias; atendimento de moradores das comunidades e lideranças em sua sede, na cidade de São Gabriel. Mais recentemente, a FOIRN passou a ser responsável pelo atendimento básico à saúde em todas as comunidades indígenas, através de contratos anuais com o Ministério da Saúde.

Quadro 1: As organizações indígenas filiadas à FOIRN com o ano da sua fundação:

São Gabriel da Cachoeira
- AAISARN (Associação de Agentes Indígenas de Saúde do Alto Rio Negro, 1996)
- FDDI (Fórum de Debate de Direitos Indígenas, 1997)
- ASSAI (Associação dos Artesões Indígenas, 1999)
- APIARN (Associação dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro, 1999)

- GETEC (Grupo de Estudo e Trabalho em Ecoturismo, 1999)

Alto Rio Negro e Xié:

- ACIRNE (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Negro, 1988)
- ACIRX (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié, 1989)
- ACIPK (Associação das Comunidades Indígenas Potyra-Kapoano, 1992)
- AINBAL (Associação Indígena do Balaio, 1991)
- OCIARN (Organização das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro, 1998)

Médio e Baixo Rio Negro:

- ACIBRN (Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro, 1990)
- CACIR (Conselho de Articulação das Comunidades Indígenas Ribeirinhas, 1993)
- ACIMRN (Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro, 1995)
- ASIBA (Associação Indígena de Barcelos, 1999)

Rio Içana e Aiari:

- OIBI (Organização Indígena da Bacia do Içana, 1992)
- ACIRA (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Aiari, 1995)
- OCIDAI (Organização das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro, ex-ACIRI Associação das Comunidades Indígenas do Rio Içana, 1988)
- AMAI (Associação das Mulheres de Assunção do Içana, 1990)
- UNIB (União das Nações Indígenas Baniwa, 1997)
- UMIRA (União das Mulheres Indígenas do Rio Aiary, 1999)
- AIBRI (Associação Indígena do Baixo Rio Içana, 1999)
- OICAI (Organização Indígena Curipaco do Alto Içana, 1999)

Baixo Rio Uaupés e Tiquié:

- ACITRUT (Associação das Comunidades Indígenas de Taracúá, Rio Uaupés e Tiquié, 1986)
- AMITRUT (Associação das Mulheres Indígenas de Taracúá, Rios Uaupés e Tiquié, 1989)
- UNIRT (União das Nações Indígenas do Rio Tiquié, 1990)
- ACIRU (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari, 1991)
- ATRIART (Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié, 2000, ex-CRETIART, 1992)
- CIPAC (Comunidade Indígena de Pari-Cachoeira, 1995)
- OIBV (Organização Indígena de Bela Vista, 1996)
- ACIRC (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanho, 2000)

Alto Rio Uaupés e Papuri:

- UNIDI (União das Nações Indígenas do Distrito de Iauaretê, 1988)
- UNIARP (União das Nações Indígenas do Alto Rio Papuri, 1994)
- ONIMRP (Organização das Nações Indígenas do Médio Rio Papuri, 1994)
- AMIDI (Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê, 1994)
- UNIRVA (União das Nações Indígenas do Rio Uaupés Acima, 1996)
- OICI (Organização Indígena do Centro Iauaretê, 1997)

- ATIDI (Associação dos Trabalhadores Indígenas do Distrito de Iauareté, 1997)
- COIDI (Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté, 1997)
- AEIDI (Associação dos Educadores Indígenas do Distrito de Iauareté, 1997)
- FDDI (Fórum de Debate de Direitos indígenas, 1999)
- AISPI (Associação Indígena de saúde Pública de Iauareté, 2000)
- CERCII (Centro de Estudos e Revitalização da Cultura indígena de Iauareté, 2000)
- AILCTDI (Associação Indígena da Língua e Cultura Indígena dos Tariano do Distrito de Iauareté, 2000)

Fonte: ISA 2002

Não há divisão dentro do movimento indígena no Rio Negro, sendo que a FOIRN é reconhecida como representante da população indígena e a única interlocutora das agências governamentais nos níveis municipal, estadual e federal e com agências não governamentais. Por exemplo, a entrada de pessoas estranhas dentro das terras indígenas precisa de autorização formal da FOIRN; ela tem participação em vários conselhos, novamente tanto em nível municipal, estadual e federal, em que se discute saúde, educação, segurança alimentar... junto às populações indígenas.

- Prefeituras municipais: a área foco desse estudo coincide com ou três municípios (São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos). O prefeito é eleito por eleição direta a cada quatro anos. O movimento indígena ainda não logrou eleger um candidato indígena, comprometido com seus projetos e princípios. Os índios tem direito –mas não o dever, como os outros brasileiros- a ter título eleitoral e a votar em todas as eleições. Muitos, no entanto, ainda não tem documentos, por dificuldades de acesso à cidade, desconhecimento dos procedimentos, falta de recursos para a viagem ou para pagar pelos documentos e barreira lingüística.
- Governo Estadual: os índios também votam para governador do estado, mas a atuação desse na região é pouco percebida.
- Governo Federal: os índios, como nos outros casos, também podem participar das eleições para o legislativo e executivo federal. Mas a

população indígena no Brasil é pouco expressiva, representando cerca de 0,2% do total e uma proporção ainda menor de eleitores.

As Terras Indígenas são propriedade da União e todo o aparato legal que garante os direitos coletivos das populações indígenas está fundamentado na Constituição Federal. Os casos que envolvem direitos indígenas só podem ser julgados pela Justiça Federal, o que é uma medida para tentar garantir a imparcialidade do julgador e uma tutela mais adequada a esses direitos. A Funai, Fundação Nacional do Índio, é uma agência federal de caráter tutelar, que não tem conseguido se atualizar e se reorganizar para enfrentar as intensas transformações que vem passando as populações indígenas. A proteção das TIs e ações contra sua invasão, quando ocorrem, são prerrogativa da Polícia Federal.

Os conflitos internos às comunidades em geral se resolvem internamente, nem necessidade de mediadores externos. Por exemplo, se ocorre uma agressão com ferimento em dia de festa, os agressores costumam se retirar da comunidade no dia seguinte e permanecer um período retirado, na casa de parentes em outra comunidade. Quando é um conflito que perdura durante muito tempo, é possível que uma da(s) família(s), com menos apoio social no âmbito da comunidade, vá embora, morar em outro lugar.

Atualmente, em casos de conflitos mais graves, como um assassinato, é possível que os parentes da vítima façam uma denúncia formal à polícia. Isso traz problemas de ordem jurídica, já que a legislação brasileira garante aos índios a manutenção de seus usos e costumes, inclusive suas formas próprias de punição. Por isso, quando um delito ocorre dentro de área indígena, não é comum uma interferência das autoridades externas.

Os povos indígenas da região falam línguas próprias e são reconhecidos como diferenciados pela população envolvente. A "sociedade envolvente" no Alto Rio Negro é formada por uma contingente de "brancos" provenientes de outras regiões do país, especialmente do nordeste

(comerciantes) e do sul e sudeste (militares e funcionários públicos); e a população "cabocla" (mestiça) do Rio Negro, resultado do contato de três séculos de portugueses e brasileiros com a população indígena da região. Essa população cabocla vem reassumindo, a partir dos últimos vinte anos, sua identidade indígena.

Existem diferenças de filiação lingüística e de grupo de descendência e, quando dentro do mesmo grupo de descendência lingüístico, de sib e nível hierárquico. Nesse sentido, alguns esclarecimentos relativos à organização social são necessários.

Os povos da família lingüística Tukano Oriental, num total de dezesseis, como os Tukano, Desana e Tuyuka, habitam a região das bacias dos rios Uaupés (afluente do alto Rio Negro) e Pirá-paraná (afluente do rio Apaporis, que deságua no Japurá na altura da fronteira Brasil-Colômbia). Os grupos indígenas desta área participam de uma ampla rede de trocas matrimoniais, rituais, comerciais e de informações, formando um conjunto sócio-cultural definido, comumente chamado de sistema social do Uaupés/Pirá-paraná.

A organização social do noroeste amazônico se diferencia da maior parte das sociedades amazônicas pela existência de grupos de descendência patrilinear, nomeados, hierarquizados e exogâmicos, constituídos com base no princípio da descendência patrilinear. Assim são formados os grupos lingüísticos e, inscritos nestes, os sibs. Ou seja, cada grupo lingüístico está subdividido em grupos de descendência menores, os sibs. São as unidades de melhor resolução e significado sociológico. Entre os grupos da família lingüística Tukano Oriental, em geral a unidade lingüística coincide com a unidade de parentesco agnático com base na descendência patrilinear, corresponde também ao âmbito de exogamia mais operacional. Por exemplo, o grupo lingüístico Tuyuka é formado por cerca de quinze sibs, entre os quais não ocorrem trocas matrimoniais. Assim, os Tuyuka estabelecem suas alianças com os Tukano, Bará e outros.

Em geral, portanto, o grupo de descendência exogâmico coincide com o grupo lingüístico. A noção de descendência comum é revitalizada em procedimentos rituais. Nos termos indígenas, esta unidade é delimitada por uma auto-designação e por um nome pelo qual são reconhecidos pelos outros (índios e “brancos”). A auto-designação ocorre em duas esferas de abrangência, a do grupo lingüístico (por exemplo, Tukano, Desana, Wanana, Tuyuka, e outros) e do sib. Os membros de um sib idealmente moram em um mesmo grupo local. Ainda no plano conceitual, cada sib possui uma função particular, associada sobretudo a especialidades rituais. Christine Hugh-Jones descreve cinco funções entre os Barasana (chefe, mestre de cerimônia, guerreiro, xamã e servo), relativas à organização do trabalho, ao desempenho ritual e à guerra. O sib localizado tem como padrão de moradia a maloca (casa grande multifamiliar), que também possui importantes significados rituais e cosmológicos.

No caso dos povos de origem Arawak, que também vivem na região do Alto Rio Negro, representados por Baniwa, Kuripako, Werekena, Tariana e Baré, a correspondência entre língua, descendência comum e exogamia não é observada atualmente. A unidade exogâmica é o sib: vários sibs falantes da mesma língua se agrupam em fratrias que mantêm alianças entre si. No caso dos Tariana, que ocupam a região do Médio Rio Uaupés (onde predominam os povos Tukano Orientais), observa-se que estão integrados como um dos grupos de descendência dentro do sistema social uaupesiano. Embora em sua maior parte tenham adotado a língua tukano, operam como um grupo lingüístico que troca mulheres com seus aliados, especialmente os Tukano, Wanana e Pira-tapuya. Os Baré, por seu lado, habitam a calha do rio Negro, nas proximidades da cidade de São Gabriel da Cachoeira.

Descendência patrilinear, trocas matrimoniais entre primos cruzados, unidade lingüística coincidente com a esfera exogâmica são algumas das características estruturais destas organizações sociais. Importa também como se revelam na constituição dos grupos locais, em arranjos políticos mais amplos, na constituição de lideranças e nas redes de aliança efetivas. Os grupos locais são constituídos com base na descendência, na medida em

que os homens permanecem depois de se casarem (virilocalidade), ao passo que as mulheres saem, indo residir no povoado de seu cônjuge. Os grupos locais são formados por um mesmo grupo de descendência, em geral do mesmo sib, sendo unidades exogâmicas. As relações cognáticas (presença de cunhados), embora freqüentes, são de menor importância neste âmbito.

A homogeneidade sociocultural entre os grupos Tukano Orientais que se revela em uma primeira visão da área, deve ser relativizada, especialmente quando se faz uma observação mais detida. Existe uma diversidade que se coloca em diferentes planos: histórias particulares de cada grupo de descendência; diferentes concepções da sociedade dependendo do nível hierárquico de cada sib; formação de redes de alianças diferenciadas, o que leva a uma certa delimitação do campo social; ênfase ora na descendência, ora na aliança, como princípio de organização social mais fundamental; e assim por diante.

Ao contrário de todos os outros índios da área, os Maku não habitam as margens dos rios, mas as florestas interfluviais e são considerados como os “índios do mato”, por oposição a todos os demais, que são os índios do rio. Estes últimos consideram o rio como fonte de toda a civilização, de modo que concebem os habitantes do mato como representantes de uma gente primeva, integrados no sistema simbólico da área como um caso extremo do status inferior.

Os Maku são classificados pelos outros índios por oposição ao que estes consideram o comportamento humano adequado, cujos signos mais aparentes são o habitat ribeirinho, o uso de canoas para viajar e a exogamia de fratrias. Ao contrário disso, os Maku, moram no mato, viajam a pé, não possuem fratrias nem tampouco reconhecem hierarquias entre sibs. Em função disto são excluídos dos casamentos ribeirinhos, mas trocam caça e produtos da floresta por produtos cultivados.

Quadro 2 : Povos e línguas indígenas da região do alto e médio Rio Negro

povos	familia linguística	principais áreas de ocupação no Brasil	demografia
Tukano	Tukano oriental	rios Tiquié, Papuri, Uaupés, rio Negro (São Gabriel)	4.000
Desana		rios Tiquié e Papuri	1.500
Kubeo		alto Uaupés, Querari	300
Wanana		médio Uaupés	500
Tuyuka		alto Tiquié	500
Pira-tapuya		médio Papuri, baixo Uaupés	900
Miriti-tapuya	(falam tukano)	baixo e médio Tiquié	120
Arapaso	(falam tukano)	médio Uaupés	300
Karapanã		alto Papuri	40
Bará		alto Tiquié	50
Makuna		alto Castanha, alto Tiquié	50
Barasana		alto Tiquié	60
	Tukano oriental	total	8.320
Baniwa	Aruak	bacia do Rio Içana, São Gabriel, Santa Isabel, Barcelos	6.900
Kuripako	(falam baniwa)	alto Içana	(veja Baniwa)
Baré	(falam nheengatu)	alto e médio Rio Negro	2.800
Werekena	(falam nheengatu)	Rio Xié e alto Rio Negro	500
Tariana	(falam tukano)	médio Uaupés, baixo Papuri, alto Iauari	1.600
	Aruak	total	11.800
Hupda	Maku	interflúvio entre os rios Tiquié, Uaupés e Papuri	1.500
Yuhupde		ao sul do Rio Tiquié e entre os rios Apaporis e Traíra	400
Dow		frente a São Gabriel da Cachoeira	100
Nadob		nos rios Jurubaxi, Uneiuxi, Téa	600
	Maku	total	2.600

		Indígenas urbanizados e no médio Rio Negro	12.000
Total:			34.720

Fonte: ISA 2000

As línguas indígenas são as línguas públicas em todas as comunidades indígenas. Ocorre um avanço do português nas povoações indígenas maiores, semi-urbanizadas, como Iauareté, Taracua e Parí-Cachoeira, com a introdução da fornecimento de energia elétrica residencial e a difusão dos aparelhos de TV. As línguas indígenas, no entanto, permanecem sendo mais faladas em cada comunidade respeitativa, complementadas por línguas regionais como é o tukano (na área do Uaupés e to Tiquié) e o nheengatu (na calha do Rio Negro e baixo Içana), criando um sistema de multilinguismo institucionalizado e funcional.

Uma característica especialmente importante para a compreensão da articulação de uma identidade regional da sociedade do alto rio Negro além da identidade étnica e linguística específica é a ocorrência periódica de rituais altamente formalizados destinados à troca de comida e outros bens, o que possibilita o acesso a recursos não disponíveis em um dado território (os chamados *dabucuris*). Estes traços vêm demonstrar que as populações indígenas do alto rio Negro pertencem a um amplo conjunto regido por regras explícitas de parentesco e casamento, com as quais se articulam tanto o sistema produtivo quanto a circulação e redistribuição dos recursos naturais.

Em relação às religiões professadas atualmente, a região do Alto e Médio Rio Negro é dividida em duas áreas, uma onde predomina o catolicismo (bacia do Uaupés e calha do rio Negro) e outra de domínio evangélico (rio Içana). Fora das religiões cristãs, as populações indígenas conservam suas tradições mitológicas, que contemplam a origem do mundo, da humanidade, das doenças, e suas práticas rituais. O ciclo de vida da pessoa é cercado por mediações xamanísticas fundamentadas na mitologia e num conjunto de encantamentos que são passados de pai para filho. A

interferência missionária não logrou desestabilizar esse sistema de conhecimentos e práticas rituais.

A educação escolar surgiu na região por iniciativa dos missionários salesianos, no início do século XX. Foram implantados alguns centros missionários com grandes colégios internatos para os quais eram levadas as crianças das comunidades. Esses colégios ainda existem, administrados pelas freiras com recursos do governo estadual, mas os internatos foram desativados na década de 70. Nos anos oitenta foram criadas escolas primárias (cinco primeiros anos de escolarização) em muitas comunidades. Essas escolinhas, como são chamadas na região, foram inicialmente supervisionadas pelas freiras católicas. Posteriormente, tornaram-se totalmente laicas, sem interferências dos missionários.

Mais recentemente, surgiram iniciativas de adequação das escolas – desde sua infraestrutura até seu currículo- à realidade e projetos dos povos indígenas. Surgiram as escolas indígenas, que tem tido grande impacto social e vem se tornando uma forma de expressão e revitalização cultural dentro das comunidades.

Foram demarcadas e decretadas pelo presidente da república em 1996 cinco Terras Indígenas, num total de 106 mil km², que é a maior extensão de terras indígenas contínuas do Brasil e uma das maiores do mundo. Algumas Terras Indígenas dessa região, como TI Balaio e TI Marabitana-Cué-Cué ainda estão em processo legal de reconhecimento.

Quadro 3: Território e população indígena

Denominação da Terra Indígena	População indígena	Extensão em km²
Alto Rio Negro	14.599	79.993
Médio Rio Negro I	1.401	17.761
Médio Rio Negro II	979	3.162
Rio Apapóris	124	1.069
Rio Téa	356	4.118
Total	17.459	106.103

Fonte: ISA 2000

Atualmente, depois de um período de intensa atividade de extrativismo mineral (garimpo) na década de 80, que gerou vários conflitos entre índios e garimpeiros de fora bem como uma invasão de comerciantes e mercadorias industrializadas, a exploração mineral foi interrompida. A atual impossibilidade legal de se realizar mineração em Terras Indígenas tem adiado o retorno desse problema. As populações indígenas também tem reivindicado o direito de mineração em suas terras, mas permanece o impedimento legal, o que tem inibido iniciativas mais consistentes nesse sentido.

Dentro das Terras Indígenas a exploração dos recursos naturais é garantida aos índios, com exclusividade. As formas de manejo e exploração desses recursos são tradicionais e atuais. Mesmo práticas mais predatórias – por exemplo, na exploração dos recursos pesqueiros- não sofrem qualquer tipo de controle por agências externas, ficando a critério de cada comunidade.

A economia de subsistência garante a segurança alimentar da população das comunidades, especialmente nas comunidades menores e que não sofreram com processos de concentração populacional e prolongado sedentarismo, ocorridos em contextos de interferência mais intensa de agências externas, como das missões católicas.

Essa economia de subsistência, no entanto, não gera excedentes comercializáveis, a não ser em muito pequena escala. Esse fato causa dificuldades para a geração de renda monetária para as famílias indígenas, cada vez mais dependentes de algum ingresso para satisfazer suas necessidades, crescentes em termos de bens industrializados. Nesse sentido, há uma preocupação por parte das organizações indígenas e suas parcerias em desenvolver projetos de geração de renda. Essa tarefa é complexa em muitos casos, na medida em que muitas comunidades estão afastados do "mercado" e não tem onde colocar seus "produtos".

Em relação à saúde, o quadro em que se encontram as populações indígenas na região é desfavorável, com recorrência de doenças infecto-parasitárias, sobretudo afecções respiratórias (entre as quais a tuberculose), malária, diarreias e parasitoses intestinais. Atualmente, o DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) do Rio Negro está sob coordenação da FOIRN, que tem buscado adequar o modelo assistencial oficial à variedade de situações socioculturais e epidemiológicas das comunidades. A perspectiva é que se estabeleça procedimentos éticos e jurídicos que assegurem o equilíbrio entre os serviços prestados e as medicinas tradicionais, além do incentivo à formação de profissionais indígenas e à troca de informações entre pesquisadores, comunidades e profissionais de saúde.

Com o objetivo de melhorar o monitoramento da saúde nas comunidades, a Foirn também vem desenvolvendo, em parceria com o ISA, um sistema de vigilância nutricional. Por meio do projeto “Saúde, Nutrição e Meio Ambiente no Rio Tiquié”, é feita uma avaliação do estado nutricional dos moradores das comunidades nessa região através de medições antropométricas em todas as crianças e jovens em fase de crescimento (por vezes, também nos adultos), bem como do estudo das atividades e da alimentação das pessoas. O Projeto conta com a participação de agentes indígenas de saúde e inclui a troca de conhecimentos e experiências entre moradores da bacia do Tiquié e estudiosos dessa região (antropólogo, bio-antropólogo, ecólogo e agrônomo). Para divulgar informações sobre a pesquisa e temas relativos a saúde e nutrição, são produzidos boletins em português, tukano e tuyuka. Apesar da pesquisa ser feita no rio Tiquié, em geral, seus resultados podem ser estendidos a toda TI Alto Rio Negro. Resultados preliminares do estudo indicam sinais de prevalência de desnutrição na população investigada, especialmente nos povoados mais alterados por intervenções externas (que tem gerado concentração populacional e mudanças nos padrões tradicionais de subsistência). A situação pode estar sendo agravada por certas inadequações dos serviços de assistência à saúde. Isso se baseia na hipótese de que os problemas nutricionais estão mais associados à alta prevalência de doenças (sobretudo parasitoses intestinais).

2) ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade do hábitat dos povos indígenas na bacia trinacional do Rio Negro pode ser interpretada como uma ideia regulativa que orienta um processo de aprendizagem dirigido à readaptação permanente entre normatividade tradicional e geração de um novo código de relações com a natureza e com a sociedade envolvente. É, ao mesmo tempo, uma tentativa de articulação de uma autonomia intercultural regional frente a um processo exógeno chamado “integração” ou, mais recentemente, “desenvolvimento”.

Para analisar o caráter sistêmico da regionalidade rionegrina e a sua capacidade adaptativa perante estes câmbios introduzidos nas últimas décadas, tratamos de usar alguns “orientadores” como marcapassos de reflexão e categorias simples que deveriam facilitar a comparação com os outros estudos de caso. Como perguntas generativas nos serviram: será que este sistema é sustentável desde o ponto de vista de (a) manter a coesão e coerência em relação aos seus próprios elementos constitutivos e (b) adaptar-se nas suas relações com o meio ambiente cambiante sem perder a coesão e a capacidade articuladora regional? E qual é a sua articulação política para manter o domínio sobre os recursos naturais e culturais imprescindíveis para a sua reprodução coletiva?

O Rio Negro é o maior rio de águas pretas do mundo. Os especialistas caracterizam estas águas como extremamente ácidas e pobres em nutrientes. As terras que drenam são de solos muito empobrecidos e lixiviados. Esta pobreza em nutrientes dos rios influi na vida dos peixes, que, para se sustentar, obtêm a maior parte de sua alimentação de matéria orgânica oriunda principalmente das margens dos rios (vários tipos de insetos, frutas, flores, folhas e sementes). O contrário acontece nos rios de águas brancas, que são ricos em nutrientes, como é o caso do Amazonas e do Solimões. Estas condições do ambiente fluvial também influenciam na composição das espécies de peixes. Apesar de algumas de grande porte,

como o pirarucu, os rios da bacia do Rio Negro se caracterizam por um grande número de espécies menores, cada qual com um pequeno número de indivíduos.²

A bacia do Rio Negro apresenta certa variedade de tipos de vegetação. Os principais tipos são: *floresta de terra firme*, que ocupa terras mais altas e não inundáveis; *campina*, campinarana ou caatinga amazônica, tipo de floresta baixa, arbustiva, variando entre seis e vinte metros, que cresce em solos com muita areia branca, inundável quando ocorrem as chuvas mais fortes, sendo na sua forma mais pobre, constituída de arbustos mais baixos (três a sete metros) e esparsos, intercalados com vegetação rasteira; *vegetação de igapó*, que passa a maior parte do tempo inundada (de 7 a 10 meses por ano), possui um número menor de espécies, se comparada com a mata de terra firme, porém mais diversificada que a caatinga; e chavascal, área de vegetação localizada nas margens dos rios e que permanece inundada durante todo o tempo.

Essa diversidade de paisagens naturais no Alto e Médio Rio Negro tem uma relação direta com a distribuição e disponibilidade dos recursos naturais importantes para a vida das populações da região (caça, pesca, fibras e palhas para construção e utensílios, terras férteis para a agricultura e assim por diante). As áreas de caatinga amazônica, de igapós, além dos chavascais, são totalmente impróprias para as atividades agrícolas. Assim, por exemplo, a mandioca brava (maniva), planta perfeitamente adaptada às características e limitações ecológicas da região, não se sustenta em terreno alagado. Por essa razão, os roçados são sempre abertos em terra firme.

A grande variedade de tipos no cultivo da mandioca entre essas populações é particularmente notável, configurando a região como um polo de alta agro-biodiversidade. Nas roças indígenas do Alto e Médio Rio Negro, tons de folhagem e diferentes estágios de crescimento dos pés revelam um sistema complexo, no qual o elemento central de manejo está voltado para a

² Para caracterizar o ecossistema rionegrino veja Morán 1991

manutenção da diversidade como um valor em si, já que não existe uma relação direta entre o uso de uma certa variedade de mandioca e um determinado produto (farinha, beiju, mingau, caxiri, condimentos etc.), enquadrando-se assim numa lógica oposta à agricultura moderna, que privilegia a homogeneidade e a produtividade do cultivo. A conservação de uma tal diversidade é concebida como um bem coletivo inserido num referencial cultural comum que se expressa, por exemplo, através dos mitos de origem da agricultura ou das plantas cultivadas. Ademais, tem um valor patrimonial e sua circulação responde a regras coletivas.

Os igapós, onde os peixes desovam, são áreas de reconhecida produtividade pesqueira, sendo preservados para este fim pelos índios. Áreas de igapós são também ricas em cipós e seringa. Já as áreas de caatinga são fontes de palhas, caraná, sororoca etc., matérias-primas para a cobertura de suas casas. As capoeiras são o habitat privilegiado de pequenos animais apreciados pelos índios (cutias, acutivaras), sendo também ricas em plantas medicinais. Quando estão com vinte ou trinta anos, as capoeiras, muitas vezes, são reutilizadas pelos índios para seus roçados. Exigem menor esforço para serem derrubadas e secam com poucos dias de sol, possibilitando sua queima mais rapidamente. As áreas de capoeira também são valorizadas porque existem espécies cultivadas que continuam a dar frutos por muitos anos, como a pupunha, buriti, caju, cucura e outras.

As estratégias empregadas pelas populações indígenas, desenvolvidas ao longo dos séculos de ocupação e experiência nesta região, têm lhes possibilitado lidar com a pobreza geral de seu ecossistema, sem degradá-lo e empobrecê-lo, assegurando o equilíbrio ecológico no Alto e Médio Rio Negro. Dentre essas práticas de manejo cuidadoso e racional dos recursos naturais, destaca-se algumas:

- A exploração econômica de faixas ecológicas diferenciadas impulsiona as relações de trocas econômicas e rituais entre as várias populações indígenas;

- A ênfase na agricultura da mandioca brava através do sistema de coivara, que consiste na derrubada de uma área de floresta primária ou capoeira alta, que então é deixada para secar e depois queimada. As roças plantadas nestas clareiras, produtivas durante dois a três anos, são gradualmente abandonadas, embora ainda visitadas para a coleta de frutos de ciclo mais longo. Cada família possui, no mínimo, três roças em diferentes estágios de seu desenvolvimento, além de continuarem a explorar suas capoeiras;

- Os roçados em geral são abertos em áreas de terra firme, longe das margens dos rios, de modo a preservar as principais fontes alimentícias de origem pesqueira;

- A alta especialização das técnicas de pesca (armadilhas fixas como paris, matapis ou cacuris) e o conhecimento profundo das estações através de um elaborado calendário astronômico permitem acompanhar e aproveitar o regime de cheias e vazantes dos rios e os ciclos migratórios, reprodutivos e alimentícios dos peixes;

- Os mecanismos de circulação e de redistribuição dos recursos naturais entre as fratrias, através do sistema de alianças matrimoniais baseado na exogamia dos grupos falantes de uma mesma língua, bem como os rituais formalizados de troca de comida e outros bens (dabucuris), que possibilitam o acesso dos indivíduos a recursos naturais não disponíveis num dado território, promovem a exploração econômica racional em nível regional.

Para manter o manejo sustentável de recursos naturais as organizações indígenas da área procuram o desenvolvimento e a multiplicação de modelos sustentáveis de aproveitamento de recursos agroflorestais e aquáticos aliando conhecimentos tradicionais e conhecimentos técnicos adaptados em parceria direta com assessores do Instituto Socioambiental. Visam aumentar a segurança alimentar de comunidades indígenas situadas em áreas críticas por meio da implantação de experiências piloto em piscicultura e manejo agroflorestal nos altos rios Tiquié, Uaupés, Içana e no entorno da cidade de São Gabriel da Cachoeira, com atividades complementares de treinamento técnico e capacitação

administrativa das contrapartes locais, além de interfaces com as atividades de educação, pesquisa, documentação e mapeamento.

No campo político, a legislação brasileira reconhece a dimensão territorial dos povos indígenas. Na Constituição Federal, artigo 231, são reconhecidos aos índios direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, destinadas a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e lagos nelas existentes. São igualmente reconhecidos sua organização social, seus usos, costumes, religiões, línguas e crenças, acabando com o conceito colonial de discriminar e diabolizar as manifestações religiosas amazônicas. Essa legislação foi reconfirmada e fortalecida pela ratificação do Convênio No. 169 da OIT em 2002.

O conceito constitucional de Terra Indígena, inclui não só aquelas necessárias à habitação, mas à produção, preservação do meio ambiente e as necessárias à reprodução física e cultural; e a Constituição admite a existência de direitos coletivos, seja reconhecendo a organização social indígena, seja atribuindo à comunidade direitos como o de opinar sobre o aproveitamento de recursos naturais, especialmente minerais; proíbe ainda a remoção de grupos indígenas, salvo exceções aprovadas especificamente pelo Congresso Nacional. A perspectiva assimilacionista, que entende os povos indígenas como remanescentes de um passado e como uma categoria puramente transitória mudou por um reconhecimento de direitos permanentes dos povos indígenas em território brasileiro.

Porém, surgiram muitas dúvidas sobre a viabilidade do conceito de “desenvolvimento sustentável” em Terras Indígenas, conceito determinante para as relações internacionais durante os últimos quarenta anos e oposto à “comunidade de argumentação” evocada por Roberto Cardoso de Oliveira (1996), como única maneira de substituir o ‘confronto étnico’ por um encontro intercultural. Essa “comunidade de comunicação de natureza interétnica”, mais tarde também chamada de “interculturalidade”, somente se dava ao nível micro no contexto de pequenos projetos liderados por ONG’s em

oposição ao governo durante os anos 70 e 80, porque foi evidente a falta de projetos, a nível nacional, de estratégias para um desenvolvimento econômica e ecologicamente sustentável, com identidade sociocultural específica.

Por outro lado, e desde os anos 80, está crescendo um conjunto de práticas chamadas de “etnodesenvolvimento” (etnodesarrollo), termo cunhado por Guillermo Bonfil Batalla e Rodolfo Stavenhagen no México e reelaborado no âmbito indigenista com o rótulo de “desenvolvimento sustentável”. No Brasil esse conceito foi defendido e aplicado pelos antropólogos seguidores da primeira Declaração de Barbados (1971), produzindo novas formas de pesquisa e ação junto aos povos indígenas. Basicamente é o reconhecimento de uma autonomia articulada, informada e dialogante que parte da idéia “... de que as sociedades indígenas podem garantir sua especificidade e autonomia perante o “mundo dos brancos”, como também supõem certos padrões ético - morais sobre os modos como o “mundo dos brancos” se posicionará em relação á vida desses grupos diferenciados”. Essa interculturalidade dialogante e bem informada “...deve representar tanto uma contribuição para a autonomia e a auto-sustentabilidade dos povos indígenas quanto para a dignidade e a sustentabilidade de toda a sociedade brasileira.” (Souza Lima & Barroso - Hoffmann 2002:19, 22).

Na Amazônia, são os povos indígenas que mais experiência têm na prática do desenvolvimento socioambiental sustentável. O Noroeste da Amazônia brasileira, por exemplo, é uma região povoada há pelo menos 8.000 anos. Durante todo esse tempo, as culturas indígenas da região foram as que desenvolveram organizações sociais, cosmologias, práticas agrícolas e tecnologias para pesca e para caça integradas cuidadosamente ao meio amazônico. Isto é um exemplo de etnodesenvolvimento com êxito, porque numa região de terras geralmente ruins e de rios de água preta, pobre em nutrientes, diferentes povos indígenas construíram sociedades amazônicas exuberantes em manifestações culturais. Como povos, entendemos as “... populações humanas organizadas em sociedades, étnicamente definidas,

culturalmente distintas e dotadas de uma dimensão espacial que é seu território. (..) A autonomia territorial consiste não somente na tomada de decisões acerca do uso dos recursos naturais e econômicos como também na autogestão política e cultural, no marco de uma autodeterminação compatível e complementar com a soberania do estado nacional “ (Declaração de Barbados III, Rio de Janeiro 1993).

Para definir o conceito de desenvolvimento sustentável, então, não é suficiente armar um esquema rígido de análise e metodologia: é um diálogo permanente entre culturas e ciências complementares para viabilizar soluções de problemas candentes para povos específicos no seu meio ambiente. Isso implica, como um roteiro para a operacionalização do processo, uma sistematização dos conhecimentos e das experiências disponíveis nas sociedades regionais com o enriquecimento dos resultados de pesquisas das ciências de tradição ocidental. Como segundo passo, e em base a um diálogo profundo, respeitoso e competente, se define as principais demandas do lado dos índios e as ofertas para soluções viáveis do lado do parceiro da entidade de apoio. E como terceiro passo se deve conversar, pensar e refletir seriamente sobre as conseqüências futuras das medidas a tomar, para logo planejar e implementar uma ação conjunta de um projeto, observando sempre o estilo específico de cada povo para se relacionar com a sua sociedade e o seu ambiente.

Resumindo a nossa reflexão sobre a sustentabilidade na região do Alto e Médio Rio Negro brasileiro e utilizando o marco orientador aplicado na metodologia denominada SQM (Sustainable Quality Management) por R. Schleicher-Tappeser (2002), chegaríamos à seguinte valoração da sustentabilidade:

Quadro 4: Perfil qualitativo de sustentabilidade no Alto e Médio Rio Negro, Brasil (● a ●●●●●)

orientadores	força	debilidades	potencial	ameaças
ambiental	●●●●●	●●	●●●	●●

econômico	●●●	●●●●	●●●	●●
sociocultural	●●●●●	●●	●●●●●	●●●
interpessoal (eqüidade entre indivíduos)	●●●●	●●●	●●●●●	●●
espacial (eqüidade entre territórios)	●●●●	●●	●●●●	●●
temporal (eqüidade entre gerações)	●●	●●●●	●●●	●●●●
diversidade afirmativa	●●●●●	●●	●●●●●	●●
subsidiaridade	●●●	●●●●	●●●●	●●●●
redes de cooperação	●●●	●●●	●●●●●	●●
participação	●●●●	●●	●●●●●	●●

É importante descrever algumas das percepções expressadas no quadro acima acerca da sustentabilidade no Alto e Médio Rio Negro. Destacamos alguns aspectos, como exemplos :

1. ambiental: é uma região de floresta equatorial úmida com baixo impacto antrópico, alta biodiversidade e grande variedade de paisagens e ecossistemas. A título de exemplo, os afluentes do Rio Negro, embora sejam pobres em biomassa, apresentam uma diversidade ímpar de espécies de peixes de pequeno porte. Segundo estimativa de Goulding (1988), seria cerca de 900 espécies só na bacia do Rio Negro.

Comparando com a fronteira sul da região amazônica, que vem sofrendo forte pressão e destruição por parte da exploração predatória da madeira, criação de gado e, mais recentemente, plantação de soja; o noroeste amazônico tem, hoje, uma posição privilegiada, pois está distante dessas frentes de colonização e, portanto, é uma das regiões mais preservadas do país. A demarcação das Terras Indígenas, que são de uso exclusivo das populações indígenas, e o fato da FOIRN e seus parceiros darem ênfase no desenvolvimento sustentável com conservação dos recursos naturais, faz com que as ameaças ao meio ambiente sejam consideradas pequenas.

2. econômico: a economia indígena tradicional é eficaz em termos de garantir a segurança alimentar das comunidades. No entanto, a introdução de

práticas predatórias, como o uso de armas de fogo na caça e malhadeiras nas pescarias, podem levar a uma gradual redução dos estoques naturais. Nesse sentido, já estão em andamento projetos que procuram remediar essa sobre-exploração, como projetos de piscicultura, repovoamento do rio com espécies nativas e de criação de pequenos animais. Com a ampliação dessas iniciativas, será possível realizar planos de manejo integrado de uso dos recursos naturais, com o objetivo de reduzir as práticas não sustentáveis.

A economia voltada para o comércio, que resulte em geração de renda e viabiliza a sustentabilidade financeira dos projetos piloto, apoiados por fontes externas por períodos de tempo limitados, ainda não tem força e organização consistentes. Sua viabilidade futura depende de uma série de fatores, nem todos redutíveis a uma lógica contábil trivial. Deve-se lembrar que a região é bastante isolada e afastada das regiões mais densamente povoadas, o que dificulta o acesso de seus produtos ao mercado com poder de compra e torna os custos de transporte e logística bastante altos. A sustentabilidade econômica dos projetos de desenvolvimento sustentável deve levar em conta seus benefícios sociais, ambientais e econômicos. Do ponto de vista financeiro, a relação custo/benefício tornar-se positiva, caso todos esses benefícios fossem contabilizados.

3. sociocultural: na região do Alto e Médio Rio Negro estão presentes cerca de 22 etnias, falando mais de uma dezena de línguas pertencentes a três famílias lingüísticas. Desde o século XVII e, especialmente do último século, ocorreu uma intensa interferência de agências colonizadoras junto às populações indígenas, o que levou a forte declínio populacional, extinção de várias etnias, completo despovoamento de extensas regiões, como é o caso dos afluentes do baixo e médio rio Negro. As populações indígenas que perseveraram passaram por processos prolongados de pressão sobre suas tradições e organização social, com a entrada de missionários impondo a catequese e a escolarização. Mais recentemente, a principal ameaça vem sendo a migração de famílias indígenas para os centros urbanos regionais, em busca de melhores serviços de educação, saúde e emprego. No contexto urbano, o processo de perda lingüística e das tradições e práticas

socioculturais é muito rápido. São freqüentes os casos de perda lingüística quase completa de uma geração para a outra.

A FOIRN e as organizações indígenas desenvolvem projetos de melhoria das condições de vida da população indígena em suas comunidades, mas ainda tem capacidade limitada de atuação, trabalhando com projetos piloto, que se pretende replicados a médio e longo prazo.

3) AVALIAÇÃO DO PROCESSO AUTONÔMICO

O termo “autonomia” no discurso do movimento indígena do Alto e Médio Rio Negro é usado no sentido de não dependência da sociedade envolvente, dos “brancos”. A relação entre índios e “brancos” nessa região foi historicamente marcada pela dependência, clientelismo e submissão. A autonomia política, econômica e territorial não significa contestar a participação em uma unidade política nacional, mas garantir a expressão e o respeito à cidadania indígena. Todo o empenho se faz no sentido de que os direitos coletivos sejam reconhecidos e viabilizados na prática pela sociedade e governos nacionais.

A Constituição Federal de 1988 avança nesse sentido, mas seus compromissos não foram colocados em prática através de políticas públicas consistentes. Existe reconhecimento da autonomia das populações indígenas dentro de suas terras, mas muito ainda falta para ampliar o exercício de seus direitos, por exemplo, relativos à educação e saúde adequados.

Apesar do avanço representado pela Constituição de 1988, o Estado não vem se adequando às especificidades das sociedades indígenas e às mudanças por que passam. As sociedades indígenas tem pouco apoio das políticas públicas na execução de seus projetos de melhoria da qualidade de vida nas comunidades, o novo Estatuto do Índio ainda não foi promulgado pelo Congresso Nacional, a Fundação Nacional do Índio está obsoleta, sem recursos e instrumentos atuais para lidar com a diversidade das situações das populações indígenas.

Alguns apoios, em termos de políticas públicas, têm sido obtidos nas esferas municipal e estadual, a partir do aparato legal existente em âmbito nacional. Isso exige parcerias entre organizações indígenas, organizações não governamentais de apoio, agências de cooperação financeira, num trabalho permanente de gestão junto aos órgãos públicos oficiais. A informação e organização da população indígena para fazer valer seus direitos faz parte dessa estratégia básica.

Um bom número de projetos vem sendo concebidos e implantados com base na lógica de criar modelos de trabalho em educação, saúde, desenvolvimento sustentável, etc. e pressionar as políticas públicas no sentido de garantir sua viabilidade futura ou, em outros casos, sua autosustentação.

Em algumas circunstâncias os conceitos da “autogestão” e “autodeterminação” substituem a noção de “autonomia”, mas ultimamente no debate sobre o futuro do indigenismo brasileiro aparece o termo “autonomia articulada” em contraposição ao modelo tutelar característico para as relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas no seu território. Nesse documento, usamos “autonomia” e “autonomias” no sentido de uma autogestão territorialmente definida e politicamente articulada dos recursos, tanto naturais como culturais, de povos e comunidades indígenas dentro do contexto normativo da constituição brasileira de 1988 e do Convenio 169 da OIT, ratificado em 2002.

Graças à formação de uma organização indígena regional representativa, a meta global posterior ao reconhecimento e a demarcação do território constitui o desenvolvimento regional sustentável e dimensionado pela perspectiva dos próprios povos indígenas do Rio Negro. A estratégia para a sua implantação implica incidência nas políticas públicas para a região e a seleção cuidadosa de alianças como organizações e instâncias de cooperação e assessoria.

Trata-se de dar soluções para problemas relacionados a questões como proteção e uso sustentável das Terras Indígenas demarcadas, segurança alimentar, geração de renda, educação escolar, saúde, fortalecimento organizacional e afirmação das culturas indígenas regionais. Desta maneira a atuação da FOIRN, junto com seus aliados, ganha uma dimensão política inequívoca, gerando o que seria o “desenvolvimento sustentável” (ecológica, social, cultural e economicamente) para o Rio Negro – contrapondo-se assim às alternativas predatórias, em curso ou planejadas, para a região³.

4) LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES

A autonomia territorializada dos povos indígenas é reivindicada como o direito de tomar decisões sobre o uso dos recursos naturais e culturais específicos, mas também como direito a uma cidadania no marco de uma autodeterminação que seja complementar à soberania do estado nacional brasileiro.

As experiências de demarcação participativa, como realizada no Alto e Medio Rio Negro durante os anos 1997 e 1998, demonstraram a sua importância não só para uma apropriação do espaço territorial reconhecido pelos “brancos”, mas também para a criação de uma capacidade logística e administrativa de uma organização capaz de representar o(s) povo(s) perante o estado e as instâncias de apoio. A geração de uma nova cultura política “para fora” significa também uma atualização da própria cultura, enriquecendo-a com novas experiências e noções culturais, sem abrir mão de seu patrimônio cognitivo e dos valores considerados centrais.⁴

Existe um reconhecimento cada vez mais generalizado da diversidade étnica e cultural como condição necessária e imprescindível para o manejo inteligente e sustentável da biodiversidade regional, articulando ecossistemas,

³ veja ISA 2003

⁴ Veja as observações feitas por Oliveira & Iglesias (2002) e Santilli (2002)

conhecimentos específicos e práticas tradicionais em paisagens culturais que permitem uma convivência criativa de diferentes sociedades sem destruição ambiental ou alta conflitividade social.

A relação mútua entre biodiversidade e diversidade cultural, a acumulação de conhecimentos e práticas tradicionais adaptadas às condições da região e às diferentes formas de organização, reciprocidade e intercâmbio reafirmam a necessidade de um apoio firme aos povos rionegrinos para a geração de novos conceitos de “desenvolvimento com identidade”, que seja sustentável e específico, marcando um novo espaço de reflexão sobre a crise socioambiental mundial.

É precisamente a diversidade cultural que permitiu às populações humanas povoar a biosfera terrestre, articulando sistemas de “bom uso” dos recursos em diálogo com as manifestações específicas da biodiversidade. Desse ponto de vista, os fatores culturais deixam de ser obstáculos para a implementação de “estratégias globais de desenvolvimento (econômico)” e resurgem como parte constitutiva da identidade humana e base para a capacidade de construir uma convivência socioambiental amigável com os “vizinhos”.

Para definir o conceito de desenvolvimento sustentável, então, não é suficiente armar um esquema rígido de análise e metodologia: é um diálogo permanente entre culturas e ciências complementares para viabilizar soluções de problemas candentes para povos específicos no seu meio ambiente. Isso implica, como um roteiro para a operacionalização do processo, uma sistematização dos conhecimentos e das experiências disponíveis nas sociedades regionais com o enriquecimento dos resultados de pesquisas das ciências de tradição ocidental. Como segundo passo, e com base num diálogo profundo, respeitoso e competente, se define as principais demandas do lado dos índios e se definem soluções viáveis, em diálogo. E como terceiro passo se deve conversar, pensar e refletir seriamente sobre as conseqüências futuras das medidas a tomar, para logo planejar e implementar uma ação conjunta para um “projeto de vida comum”,

observando sempre o estilo específico de cada povo para se relacionar com a sociedade regional e de articular uma incidência política ao nível nacional e internacional.

O termo “projeto” (ou “programa”) , veículo onipresente nas relações atuais entre povos indígenas, sociedade nacional e cooperação internacional, é ambivalente e implica contradições:

- tempo vs. efeito: as atividades do “projeto” são concebidas dentro de limites precisos de tempo, mas o benefício deve ser constante, isto é, sustentável. Para resolver esse dilema, qualquer projeto deve fortalecer a organização interna e a participação de mulheres e homens e de todas as faixas de idade, para dar continuidade ao processo além do termo de um projeto determinado e para evitar uma desarticulação do tecido social das gerações que em conjunto formam uma comunidade, um povo.

- dependência vs. autonomia: cada “projeto” significa intervenção e cria novas dependências. Neste caso, o efeito só poderá ser diminuído aumentando-se os níveis de participação comunitária e a transparência na gestão. Precisa-se promover uma nova “cultura de negociação” entre os líderes legítimos das comunidades e os representantes, também legítimos, das instâncias de apoio, para manter a autonomia necessária e para evitar uma dependência das dádivas paternalistas de um órgão tutelar.

- processo vs. estrutura: a dinâmica de um processo transformador sempre cria resistências, e com muita razão. O que é apresentado como “progresso”, muitas vezes é engano e destruição. Por isso, o equilíbrio difícil entre os elementos inovadores que impulsionam um processo de mudança, e os elementos estruturais que sejam suficientemente sólidos para dar segurança para o futuro, faz parte de cada projeto. Precisa-se fortalecer a base social e cultural da sociedade indígena em questão como estrutura firme para abrir as perspectivas de um etnodesenvolvimento autogestionado, que não corte o processo de reafirmação cultural. Sem identidade coletiva firme, sem saber “quem somos”, não há resposta a pergunta: “o que é que queremos”.

Os processo de descentralização e de interligação crescente do local ao global permite cada vez mais, fora da mediação do Estado, acessar fontes de financiamento, recursos técnicos e canais de decisão, desde municipais até os bancos internacionais. Ao mesmo tempo aumenta a necessidade de contornar as novas formas de subordinação e de clientelismo no gerenciamento dos projetos socioambientais.⁵

A participação política dos povos indígenas da região nos diferentes níveis de interação com o Estado, a Sociedade Civil, as igrejas e a cooperação internacional exigem uma mudança de status legal dos índios, incorporando-os aos direitos de cidadania, para negociar alianças e incidir na política. Precisa também uma mobilização das redes de apoio e a mídia nacional e internacional em torno de temas socioambientais.

Tudo isso implica a criação de um novo espaço jurídico do índio, como parceiro e integrante constitutivo da sociedade multiétnica brasileira. Significa também a abolição da tutela protetora obrigatória, segundo a legislação ainda vigente (Estatuto do Índio), por um lado, reconhecendo os índios como sujeitos políticos no exercício direto de seus direitos e relações, e por outro lado, substituindo o órgão tutelar atual (a Fundação Nacional do Índio) por programas estratégicos e regionais de fomento e apoio aos povos indígenas nos seus respectivos territórios.

Estes, segundo proposta do ISA⁶, seriam unidades administrativas com alto grau de autonomia, com metas e agendas específicas de trabalho, com orçamento próprio e poder de contratar e demitir funcionários, que poderiam dispor de unidades operacionais ou projetos de área em quantidade e localização apropriadas a cada região e teriam um conselho regional como órgão de decisão. O conselho regional, dispondo de representação expressiva das organizações e lideranças indígenas locais, deveria exercer o seu papel de planejamento e de controle social do conjunto destas atividades do Estado. Seria, então, uma institucionalidade autonômica indígena para o desenvolvimento da região do Alto e Médio Rio Negro, com capacidade de

⁵ Veja também o argumento de Ricardo (2002) e Souza Lima & Barroso-Hoffmann (2002)

⁶ Ricardo (2002) e Santilli (2002)

incentivar a elaboração e execução de políticas públicas governamentais e não governamentais em escala apropriada, incluindo a gestão sustentável das terras e demais recursos naturais e a administração da remuneração por serviços ambientais.

Bibliografia:

- Cabalzar, Aloisio e Carlos Alberto Ricardo (ed.)
2000 Povos Indígenas do Alto e Médio Rio Negro. Uma introdução à diversidade cultural e ambiental do noroeste da Amazônia brasileira. FOIRN & ISA; São Paulo
- Cardoso de Oliveira, Roberto
1996 Práticas interétnicas e moralidade: por um indigenismo (auto)crítico. Em: *Roberto Cardoso de Oliveira e Luiz Roberto Cardoso de Oliveira. Ensaios antropológicos sobre moral e ética*; Rio de Janeiro
- Goulding, Michael, Mirian Leal Carvalho e Efrem G. Ferreira
1988 Rio Negro, Rich Life in Poor Water. Amazonian Diversity and Foodchain Ecology as seen through Fish Communities; The Hague
- Grünberg, Georg (org.)
2002 Marco contextual para a região do Alto Rio Negro, Amazonas, Brasil. Documento base para o estudo de caso do Alto Rio Negro, Projeto Latautonomy; São Gabriel da Cachoeira
- Instituto Socioambiental – ISA
1996 Povos Indígenas no Brasil 1991 – 1995 (PIB1); S.Paulo
2000 Povos Indígenas no Brasil 1996 – 2000 (PIB2); S.Paulo
2002 Base de Dados Latautonomy – Brasil; S.Paulo (disponível em www.latautonomy.org)
2003 Construindo as Políticas Públicas através do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro. Primeira Oficina, São Gabriel da Cachoeira, AM – 26 a 29 de agosto de 2003; São Gabriel
- Morán, Emilio
1991 Human Adaptive Strategies in Blackwater Rivers. In: *American Anthropologist* 93(2):361-382
- Oliveira, João Pacheco de e Marcelo Piedrafita Iglesias
2002 As demarcações participativas e o fortalecimento das organizações indígenas. Em: *A.C. de Souza Lima e M. Barroso-Hoffmann (org.) Estado e povos indígenas. Bases para uma nova política indigenista II*, p. 41-68; Rio de Janeiro
- Ribeiro, Berta
1995 Os Índios das Águas Pretas. Modo de produção e equipamento produtivo. USP; São Paulo
- Ricardo, Beto

2002 Notas sobre a economia indígena e mercado no Brasil. Em: *“Pueblos Indígenas de América Latina: retos para el nuevo milenio”*, Ford Foundation y Oxfam América, p. 1-29; Lima

Santilli, Márcio

2002 Programas regionais para uma nova política indigenista. Em: *A.C. de Souza Lima e M. Barroso-Hoffmann (org.) Estado e povos indígenas. Bases para uma nova política indigenista II*, p. 69-82; Rio de Janeiro

Schleicher-Tappeser, Ruggero

2002 Problems and options in assessing Sustainable Development – The SQM approach and experiences in the context of structural funds. Ms URES (Institute for Regional Studies in Europe); Freiburg

Souza Lima, Antonio Carlos de & Maria Barroso-Hoffmann

2002 Questões para uma política indigenista: etnodesenvolvimento e políticas públicas. Em: *A.C. de Souza Lima e M. Barroso-Hoffmann (org.) Etnodesenvolvimento e políticas públicas. Base para uma nova política indigenista I*, p. 7-28; Rio de Janeiro